



Informativo da

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Brasília, 7 a 13 de setembro de 2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Audiência discute políticas públicas de transporte

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público realizou, no dia 01, audiência pública para debater políticas públicas de transporte metroferroviário nos grandes centros urbanos. A audiência foi solicitada pelo Deputado Jorge Côrte Real (PTB/PE).

Foram convidados para o debate o Presidente da Federação dos Trabalhadores Ferroviários, Jerônimo Miranda Neto, o Secretário Nacional de Transportes da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, Dario Rais Lopes, o Gerente-Geral de Planejamento e Orçamento, da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), Carlos Henrique Camacho, Superintendente Regional da Companhia Brasileira de Trens Urbanos de Recife, Bartolomeu José de Assis Carvalho, e o Diretor-Executivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística, Valmir de Lemos.

O Deputado Benjamin Maranhão (SD/PB), Presidente da Comissão, fez questionamentos à CBTU com relação ao caso específico da região metropolitana de João Pessoa – PB. O Deputado descreveu o sistema metroferroviário da região como precário, tanto com relação aos trilhos, que nunca foram reformados, quanto com relação às estações e à segurança. “Foi colocado pela CBTU que o

valor da passagem é muito barato, de 50 centavos. Mas eu acho caro pela precariedade do serviço que é ofertado. Só transitam por esse sistema seis mil pessoas por dia, de uma população que hoje gira em torno de mais de um milhão de habitantes”, afirmou o presidente.

Benjamin Maranhão aproveitou a presença do Secretário Nacional de Transportes da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades para cobrar a questão do BRT (Bus Rapid Transit) de João Pessoa.

“O BRT foi anunciado há mais de quatro anos e até agora nada foi dado consequência, nem mesmo a liberação de recursos. O sistema conjunto do veículo VLT mais a interligação dos BRTs e os demais ônibus que já existem faria uma melhora para atender a toda região metropolitana de João Pessoa - de Cabedelo, João Pessoa, Bayeux e Santa Rita”, concluiu.

De acordo com o que foi apresentado à Comissão pela CBTU, a cidade de João Pessoa entrou no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Mobilidade em 2012, portanto ainda serão feitos reparos e obras no sistema metroferroviário da região até 2017. “Até o final de 2017 as obras devem estar zeradas, e não haverá mais o problema de sucateamento das obras”, garantiu Camacho.

Projeto de Lei dispõe sobre aviso prévio

A CTASP aprovou o Projeto de Lei nº 2.845/11, de autoria do Deputado Manato (PDT/ES), e rejeitou o PL 5.443/13, apensado. O PL aprovado dispõe sobre a regulamentação do aviso prévio e acrescenta os artigos 2º, 3º, 4º e 5º à Lei nº 12.506, de 11 de outubro de 2011.

O projeto prevê que o empregado, na falta de aviso ao empregador, deve indenizar esse período. Além disso, o empregado terá direito de reduzir em duas horas sua jornada diária de trabalho ou faltar sete dias por mês, sem

reduções em seu salário integral. O PL esclarece que o prazo de aviso prévio para quem está na empresa há mais de um ano será acrescido de três dias por ano trabalhado – podendo o prazo do aviso ser de, no máximo, 90 dias.

“Diante disso, o Projeto sob exame pretende responder diversas dúvidas surgidas após à publicação da norma. Com sua eventual aprovação, há valioso ganho de segurança jurídica na aplicação da lei”, afirmou o relator, Deputado Laércio Oliveira (PR/SE).

TCU realizará auditoria no POSTALIS

O Tribunal de Contas da União realizará auditoria na Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e no Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos (Postalís) após solicitação do Deputado Benjamin Maranhão (SD/PB), Presidente da CTASP. O requerimento nº 53/2015 foi aprovado pela Comissão no dia 17 de junho deste ano.

De acordo com o Deputado, foram veiculadas na imprensa matérias divulgando déficit bilionário nos recursos dos Fundos FI-FGTS e POSTALIS. Segundo matéria publicada dia 23 de março, o Postalís apresenta um déficit atuarial de R\$ 5,6 bilhões. “Apenas para cobrir o exorbitante rombo nas contas do Postalís, foi imposto um draconiano corte de mais de um quarto nos salários dos trabalhadores participantes do fundo, além do desconto da contribuição re-regular”, afirmou Maranhão. O Deputado constatou que, segundo fontes citadas nas reportagens, “o déficit bilionário decorre da dívida não paga que os Correios possuem junto ao fundo e da má administração dos recursos do fundo nos últimos anos.

Segundo o Acórdão do TCU, a auditoria tem como objetivo “averiguar as origens, causas e composição do anunciado déficit de R\$ 5,6 bilhões e examinar as providências adotadas e/ou possíveis omissões dos responsáveis pela gestão e fiscalização”.

Requisição de informações digitais em Tribunais de Contas

A Comissão de Trabalho aprovou, em sua última reunião deliberativa ordinária, o Projeto de Lei nº 428/14, de autoria do Deputado Ronaldo Benedet (PMDB/SC), que estabelece regras para a requisição de informações digitais por parte dos Tribunais de Contas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O PL visa uniformizar processos básicos de requisição de informações digitais nos 34 Tribunais de Contas do país.

Segundo o relator, Deputado Daniel Vilela (PMDB/GO), “A proposição guarda perfeita consonância com as crescentes exigências de transparência das ações do poder público, determinando aos Tribunais de Contas que mantenham repositório completo das informações publicadas na página inicial de seu endereço eletrônico”.

Perfil do Parlamentar

Deputado Luiz Carlos Busato



Luiz Carlos Busato nasceu em 06 de novembro de 1948. Especializou-se em Urbanismo e em Gestão Imobiliária.

Em 2004, logo após exercer o cargo de secretário municipal de Planejamento Urbano de Canoas, Busato resolveu concorrer pela primeira vez a vereador do município pelo PTB. Em 2006, Busato se propôs a um desafio maior: trabalhar pelo Rio Grande do Sul no Congresso Nacional. O então vereador concorreu pela primeira vez a deputado federal.

O destacado trabalho na Câmara dos Deputados refletiu nas urnas em 2010. Com crescimento superior a 50% em relação à votação anterior, Busato é reeleito com 85.832 votos para continuar representando o Rio Grande do Sul em Brasília. Logo após as eleições, Luiz Carlos Busato foi convidado pelo governador recém eleito, Tarso Genro para assumir a Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano do Estado do Rio Grande do Sul. Ao assumir o novo compromisso, o deputado licenciou-se na Câmara dos Deputados.

A soma de uma década de um respeitado trabalho público fez com que Busato fosse um dos 10 candidatos à Câmara Federal mais votado do RS, com 130.807 votos.

Hoje, em seu terceiro mandato como Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul, Luiz Carlos Busato é membro titular da Comissão de Trabalho e suplente das Comissões de Seguridade Social e Família; e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Agenda

08/09

Audiência pública: Discutir as condições de trabalho dos trabalhadores do comércio e serviços.

Horário: 14h30 **Local:** A definir

15/09

Audiência Pública: Debater o PL Nº 3.765/2008 que altera a Lei n.º 5.811, de 11 de outubro de 1972

Horário: 14h30 **Local:** A definir

Informativo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Presidente: **Benjamin Maranhão** (SD/PB) | Texto e diagramação: Melina Fleury | Colaboração: Agência Câmara | Fotos: Melina Fleury | Praça dos Três Poderes – Câmara dos Deputados – Anexo II, Pav. Térreo, Ala A, Sala 50 CEP: 70.160-900 Fone: (61) 3216-66805 | e-mail: ctasp.decom@camara.leg.br | Site: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ctasp>